



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Sexualidade.

### A TRANSFOBIA ENQUANTO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Ana Gabriela da Silva Almeida Prado<sup>1</sup>

Terezinha de Fátima Rodrigues<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho efetua a reflexão sobre a exclusão e a violência vividas pelas mulheres transexuais no Brasil enquanto expressão da questão social e sua relação com a luta de classes, visto que o fundamento que legitima essa prática é engendrado no discurso burguês conservador em que se ampara o modo de produção capitalista ao se organizar a partir da divisão sexual do trabalho e da exploração da classe trabalhadora. Tem por objetivo revelar as particularidades dessa relação, a fim de subsidiar o trabalho profissional de assistentes sociais na direção dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** transexualidade; transfobia; questão social; serviço social.

**Abstract:** This work reflects upon exclusion and violence against trans women in Brazil as an expression of the social question and its relation to class warfare, since the basis for these practices is the conservative bourgeois discourse that supports the capitalist mode of production by organizing itself on the sexual division of labor and the uneven exploration of the working class. Therefore, its objective is to elucidate these relations in order to improve professional action of social workers, one in favor of human rights.

**Keywords:** transexuality; transphobia; social question; social work

## 1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a transfobia como expressão da questão social implica inicialmente a reflexão sobre a transexualidade. Segundo Jesus (2012), "transgênero é um conceito que abrange um grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento" (p.14), e "transexual é um termo genérico que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento" (p. 15). Conforme aponta Badinter (1993), é logo no início da infância que a construção social da identificação do sujeito com o sexo e o gênero se inicia. Neste momento, a influência familiar é de grande impacto na socialização da criança.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de São Paulo. E-mail:<gabrielaalprado@gmail.com>.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de São Paulo. E-mail:<gabrielaalprado@gmail.com>.

Em geral, é no período da adolescência que o processo transexualizador ocorre, e neste período, as relações familiares passam a ser fortemente tensionadas, sendo que muitas são expulsas de casa e passam a “viver” nas ruas. Estima-se que 13 anos seja a idade média em que travestis e mulheres transexuais são expulsas de casa. (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2019, p. 19). Aquelas que conseguem se admitir transexuais nessa fase, vivenciam uma série de preconceitos e discriminações, e “não raramente, se vêm obrigadas a se afastar do convívio com os familiares” (SOUZA, 2012, p. 35).

As violências se sucedem, e o espaço da escola é outro local de forte sofrimento e violações. O ambiente escolar reproduz a ideia conservadora e preconceituosa, fundamentada no preceito de adequação individual dos sujeitos. Crianças e adolescentes transexuais são expostos a situações vexatórias como a proibição do uso do banheiro adequado à sua orientação de gênero e ao *bullying* praticado pelos colegas, situações geradoras de sofrimentos que podem ter como consequências o abandono da escola, o que mais tarde dificulta o acesso ao mercado formal de trabalho; e também, ao suicídio.

O suicídio da população trans é motivado pelo Estado; pela política, que não contempla essa população; pela sociedade transfóbica, que faz com que queiram se matar; pelos inúmeros constrangimentos, humilhações, situações vexatórias, opressões; pela falta de apoio familiar para lidar com toda a transfobia vivida, já que muitas/os são expulsas/os de casa; pela ausência de amparo familiar, social, institucional; pela transfobia verbal, física, psicológica, institucional que atinge pessoas trans todos os dias. (MONTEIRO, 2017)

Essa trajetória de exclusão é fundamentada originalmente na ideologia conservadora burguesa que, mediada pela Igreja, padronizou os comportamentos individuais e sociais.

É após a eclosão da “questão social” (séc. XIX) e mais especificamente, pós Revolução de 1948 que o pensamento conservador se solidifica articulado aos interesses de manutenção da reprodução social/econômica, marcas do capitalismo. A Igreja, aliada a burguesia, passa a ser a “grande mediadora do pensamento conservador burguês para a manutenção da ordem capitalista por meio da adequação das pessoas, evidentemente sob uma forte dominação ideológica (...)” (CISNE, 2015, p. 50).

Conforme Iamamoto (1999), o conservadorismo moderno “é fruto de uma situação histórica social específica: a sociedade de classes em que a burguesia

emerge como protagonista do mundo capitalista”, consolidando um padrão normativo nos modos de pensamento e de comportamento, visando a manutenção da ordem capitalista. (IAMAMOTO, 1999, p. 22, apud CISNE, 2015, p. 48)

O resultado, com raras exceções, é a mulher transexual impedida de se constituir enquanto ser social, que, segundo Lukács (1981:04 apud NOGUEIRA, 2011, p. 118) se constrói a partir das relações sociais oriundas do trabalho e, portanto, sujeita-se a uma vida marginalizada e vulnerável a todos os tipos de violências e violações.

## **2 TRANSFOBIA: expressão de violências e violações**

Falar em transfobia implica pensá-la articulada à expressão de relações de sociabilidade assentadas em perspectivas conservadoras na sociedade burguesa, onde as sexualidades e papéis atribuídos a homens e mulheres têm centralidade. Uma sociedade de opressões e exploração entre os sexos, marcada pelas relações patriarcais de gênero que estão assentadas na construção de ideologias que “naturalizam os sexos e as relações de desigualdades, além de suprimir ou desvalorizar a dimensão de diversidade humana” (CISNE, 2018, p. 45).

Neste contexto, impõe a reflexão do lugar das sexualidades em uma sociedade de cunho extremamente conservador, com valores associados à família tradicional e à heterossexualidade compulsória, cristalizada na defesa do binarismo de gênero que se assenta na defesa de que “mulheres e homens são radicalmente distintos e que esta distinção está fundada nos corpos biológicos e que, portanto, ela é imutável e inquestionável” (CFESS, 2016, p. 6).

Contrapor-se a isso, por meio de identidades políticas que se visibilizam e se expressam em corpos que vivenciam experiências sexuais, afetivas e identitárias consideradas anormais e patológicas, implica a vivência de violências e violações cotidianas expressas por um conjunto de preconceitos que se materializam, em muitos casos, na destruição do outro por meio de violentas

mortes, caracterizando a homofobia, termo que designa a aversão, discriminações e variadas formas de violências às pessoas homossexuais.

O termo ganha amplitude ao atingir outras identidades no campo da diversidade sexual: a lesbofobia, no caso das lésbicas, e a transfobia vinculada às pessoas transexuais, transgêneros e travestis, e o conjunto de opressões a essas identidades dimensionadas, no termo LGBTfobia.

São termos que adquirem uma dimensão política de visibilidade a processos de violências sofridas no âmbito da diversidade sexual e que se tornam pautas políticas no sentido da defesa do direito da livre expressão e orientação sexual e de identidade de gênero.

Ao se falar em Lgbtfobia, o Brasil ocupa o lugar de país que mais mata LGBTI+<sup>3</sup> no mundo, com números elevados e características de crueldades. Segundo o Relatório do Grupo Gay da Bahia - GGB (2019), a cada 20 horas, um LGBT morre de forma violenta vítima da LGBTfobia e, dentro deste contexto, as pessoas trans representam a categoria mais vulnerável às mortes violentas. Os dados indicam que “o risco de uma pessoa trans ser assassinada é dezessete vezes maior do que um gay” (p. 02).

Segundo Benevides e Nogueira (2019), no ano de 2017, foram assassinadas no Brasil 179 pessoas transexuais, das quais 10 eram homens trans e 169 travestis e mulheres transexuais. No ano de 2018, foram 163 pessoas trans, sendo 1 pessoa não-binária; 4 homens trans e 158 travestis e mulheres trans (p. 15).

Importante destacar que “travestis e transexuais negras são maioria na prostituição de rua. Proporcionalmente, são estas as que têm os maiores índices de violência e assassinatos”. Em 2018, “82% dos casos foram identificadas como pessoas negras e pardas”. (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2019, p. 20)

Segundo os dados do IBGE (2016), a média nacional referente à expectativa de vida no país é de 75,8 anos. Essa expectativa cai para 35 anos no caso de mulheres trans, conforme apresenta estudos do Senado Federal (BORTONI, 2017).

---

<sup>3</sup> Acrônimo de lésbicas, gays, travestis e transexuais, intersexo e mais sexualidades e ou identidades, vinculadas ao campo da diversidade sexual e de gênero.

Diante destes números, é possível identificar que as mulheres transexuais são as maiores vítimas da transfobia e do transfeminicídio, encorpando as estatísticas em relação aos homens transexuais.

Embora o assassinato de mulheres transexuais possa ser abarcado pelo feminicídio, o transfeminicídio apresenta características extremamente particulares: são em grande maioria ritualizados e marcados por traços de violência, geralmente contando com o estripamento das vítimas. Para Bento (2014), para além de um ataque contra o gênero feminino, “o transfeminicídio se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo”.

O transfeminicídio, segundo Bento (2014), é “a expressão ‘mais potente e trágica’ do caráter político das identidades de gênero”, porém não é a única forma de opressão e violação vivida pelas pessoas transexuais, e em especial, pelas mulheres trans.

A vida dessas mulheres é marcada, desde o início, pela reprovação social de sua existência enquanto ser humano e sujeito de direitos. Reprovação que geralmente tem início na própria família e que segue durante toda a vida através da escola, dos serviços de saúde (e demais serviços públicos), e do mundo do trabalho ao qual ela acaba, em geral, não acessando.

Essa situação de opressão vivida pela mulher trans mascara uma relação muito específica com imbricações diretas com o modo de produção capitalista tal qual está organizado, sendo uma delas a divisão sexual do trabalho, fundamentada em estereótipos de gênero, fortemente alicerçados na ideologia burguesa conservadora, tornando-a assim uma expressão da questão social.

### **3 TRANSFOBIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL**

Segundo aponta Nogueira (2015, p. 19), tanto na Antiguidade quanto nos séculos anteriores à Era Cristã, as mulheres já possuíam seus lugares e deveres definidos além de não serem consideradas cidadãs. Já na Idade Média, a divisão do trabalho das mulheres era feita por categorias.

As solteiras eram responsáveis por lavar e tecer, as mães se ocupavam dos cuidados relativos às crianças pequenas e as mulheres de meia idade entretinham-se com as tarefas relacionadas com os adolescentes e com a cozinha, dentre outras atividades reprodutivas. (NOGUEIRA, 2015, p. 21)

No entanto, também estava presente a divisão social entre as mulheres, pois as camponesas, além de trabalhar na agricultura eram as responsáveis pelos afazeres domésticos (MENICUCCI, 1999: 59 apud NOGUEIRA, 2015, p. 21)

Na Idade Moderna, as mulheres eram mais presentes nos trabalhos fora do âmbito domiciliar, ocupavam-se com atividades referentes ao comércio, como amas e lavadeiras e no setor industrial (SCOTT, 1994: 447- 448 apud NOGUEIRA, 2015, p. 21).

É no início da Revolução Industrial (séc. XIX) que surge o proletariado feminino e, durante seu desenvolvimento, o mercado de trabalho se abre para a mulher. Além do preconceito enfrentado pelas mulheres que trabalhavam nas indústrias e das baixas remunerações alegadas pela “incapacidade ou inaptidão” para o trabalho, a gravidez era considerada outro “problema”, dificultando a permanência no trabalho por longos períodos. (NOGUEIRA, 2015, p. 23).

Consideramos que a estigmatização da mulher, a partir dos estereótipos de gênero, serviu de maneira extremamente benéfica ao sistema de produção capitalista, reforçando a exploração desigual das trabalhadoras e justificando os empregos precarizados e com piores remunerações.

O conservadorismo, além de estabelecer padrões normativos de comportamento, tratou de definir os papéis dos sujeitos na sociedade. Papéis esses estrategicamente apropriados pelo capital, conforme aponta Antunes:

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, na qual os homens e as mulheres que trabalham são, desde a infância e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho. (1999, p. 109 apud CISNE, 2015, p. 113)

Segundo Cisne (2015, p. 117) “a divisão sexual do trabalho é uma das formas centrais para a exploração do capital sobre o trabalho”. Uma divisão que hierarquiza e subalterniza os trabalhos a partir de categorizações do que sejam considerados “trabalhos naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos” (ibidem, ibidem). Essa divisão é portanto, produto de uma construção histórica e social, que se define e se consolida no capitalismo.

A educação sexista não educa homens e mulheres apenas de forma diferente, mas, também, desigual, levando muitas mulheres a serem que possuem uma essência que as tornam naturalmente mais aptas para determinados trabalhos. Para isso, inculca valores e qualidades considerados femininos para moldar um modelo de mulher apto a atender aos interesses patriarcal capitalista. (CISNE, 2015, p. 118)

Sendo assim, o mundo do trabalho no sistema capitalista se organiza e se efetiva a partir de explorações desiguais, justificadas, por sua vez, na ideia de naturalização de papéis e estereótipos. Significa dizer que a distinção entre as capacidades femininas e masculinas justificou a desigualdade entre os gêneros no mundo do trabalho e estruturou sua organização.

No caso brasileiro, refletir sobre o mundo do trabalho, mais especificamente, o mercado de trabalho, necessário se faz, pensá-lo em suas bases já desiguais, fruto do processo escravista.

(...) o mercado de trabalho brasileiro é, por si só, *desestruturado* em sua origem e desenvolvimento, carregando determinações que remontam à escravidão, manifestadas de modo sempre renovado em informalidade, desigualdade, heterogeneidade e *precarização*, símbolos de um capitalismo periférico e dependente. (MELLO, SABADINI, BRAGA, 2019, p. 16 grifos do autor)

Essa construção particular permite compreender as tendências referentes ao mercado de trabalho sob a política neoliberal, que se consolida no Brasil na década de 1990, resultando na “regressão dos direitos sociais e trabalhistas, da intensificação das políticas de austeridade, dentre outras”. (MELLO, SABADINI, BRAGA, 2019, p. 16 grifos do autor). Presentes neste cenário, estão a precarização do trabalho, a terceirização, a informalização, como marcas no contexto brasileiro.

Para o capital, tanto faz se o/a trabalhador/a é negro ou branco, mulher ou homem, gay ou hetero, católico ou crente. A marginalização e exclusão dos sujeitos, assim como a referente ao gênero explicitada anteriormente, é completamente necessária e lucrativa à economia capitalista.

[...] parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital [...] (MARX, 1996b, p. 272 apud MELLO, SABADINI, BRAGA, 2019, p. 17).

Diante disso, é possível compreender que a mulher transexual, nas raras vezes em que é incorporada ao mercado de trabalho, ocupa os trabalhos mais precarizados e mal-remunerados. Sua condição de “excluída” das esferas do trabalho justificam o aceite a essas condições.

Nossa reflexão é que, aceitar a transexualidade na sociedade significaria ter de reconfigurar a organização do mundo do trabalho. Aceitar que o homem pode gerar filhos e pode até amamentar, implica a ampliação dos direitos como licença “maternidade”, estabilidade no seu retorno após o parto, dentre outros. E não só, significaria também ter de reconfigurar a concepção do que é “naturalmente” feminino e masculino, desprezando a estrutura social a que estamos organizados, desconstruindo também a organização educacional que se apresenta, fundando outras bases civilizatórias, assentadas em outras perspectivas societárias.

Os estereótipos de gênero não teriam mais lugar, visto que, ao aceitar que a mulher transexual é uma mulher, não se justificaria dizer que ela nasce com “capacidades” específicas do sexo feminino, já que ela nasceu no “corpo masculino”, o “corpo com pênis”.

Nesta perspectiva, a divisão sexual do trabalho na qual o modo de produção capitalista se organiza e, mais especificamente, a exploração desigual entre gêneros, estariam diretamente ameaçadas.

E é aqui que a relação particular entre opressão e violência contra as mulheres transexuais e o modo de produção capitalista se desvela, demonstrando que a negação da sociedade acerca da transexualidade



expressas com violência e opressão, com ódio e com nojo, tornam-se expressões da questão social. É a compreensão dessa relação que deve pautar o trabalho profissional do assistente social.

O preconceito é expressão das relações conservadoras da sociabilidade burguesa e de seu individualismo, que, por sua vez, remete à exploração, cada vez mais bárbara, do trabalho pelo capital. A banalização destes fundamentos representa um desvalor, que emerge nas mais diferentes formas da vida cotidiana, e o desafio do seu enfrentamento deve provocar, na categoria de assistentes sociais, processos de autorreflexão, com vistas a uma intervenção profissional marcada por ações emancipatórias, na perspectiva de outra ordem societária. (CFESS, 2016 p. 5)

Para Netto (2001), a questão social não significa apenas o empobrecimento massivo da classe trabalhadora, “a designação desse pauperismo pela expressão da 'questão social' relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos” (p.43).

Essa relação deve ser desvelada para o serviço social, a fim de que se possa compreender a opressão aqui demonstrada contra as mulheres transexuais, como uma expressão da "questão social", através do caráter de luta de classes, que permeia a questão da transexualidade e as opressões referentes à mesma.

O que devemos investigar é, para além das manifestações ‘tradicionais’ da ‘questão social’, a emergência de novas expressões da ‘questão social’ que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio do seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser. O problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes da exploração. (NETTO, 2001, p. 48 apud CISNE, 2015, p. 110)

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realidade brasileira que se apresenta para as pessoas transexuais e, em específico para a mulher trans, é de exclusão e violência. O Brasil lidera o *ranking* de países que mais matam a população trans e, ainda assim, continua

tímido nas políticas de enfrentamento de violação de direitos e políticas de inclusão.

Ressaltam-se alguns avanços no campo das políticas sociais nos últimos anos, como o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (2018); a união estável homoafetiva e o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo (2013); o direito à identidade de gênero das pessoas trans e respectiva alteração de prenome e sexo em registros civis (2018); e, mais recentemente, a vitória no Superior Tribunal Federal – STF, do projeto que criminaliza a homofobia (2019).

Apesar desses avanços, com a chegada de um presidente declaradamente homofóbico, assentado em um discurso truculento, que mobiliza valores ultraconservadores mediatizado pelo ódio, propicia um cenário de atenção que coloca em xeque, conforme Quinhalha (2019, pag. 4) “sem nenhum pudor, o direito de existir de um segmento da população, além de respaldar os já alarmantes índices de violência letal contra os LGBTs. ”

Consideramos as violências sofridas pela população LGBT, em especial, a trans e a transfobia em articulação com o modo de produção capitalista, que fundamenta a exploração desigual nos padrões normativos oriundos da ideologia conservadora burguesa. Ideologia que funciona como ferramenta de manutenção da reprodução do sistema capitalista. A transexualidade se apresenta como ameaça à organização do mundo do trabalho, colocando em xeque a legitimidade da divisão sexual do trabalho e a exploração desigual em que se sustenta. Mais que expressão de violência, a transfobia, com a consequente exclusão, por meio de assassinatos contra as mulheres transexuais, se apresenta como expressão da questão social referente à luta de classes.

## REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. XY: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara. Naider. Bonfim. Dossiê Assassinatos e violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018. Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA e Instituto Brasileira Trans de Educação – IBTE, 2019. Disponível em <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>> Acesso em 06. Jan. 2019.

BENTO, Berenice. Brasil: O país do transfeminicídio. CLAM, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=11606>>. Acesso em 30 jan. 2019.

BORTONI, Larissa. Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional. Senado Federal, Brasília, 2017. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>>. Acesso em 16 mar. 2019.

MELLO, Gustavo; BRAGA, Henrique; SABADINI, Mauricio de Souza. Acumulação de capital, crise e mercado de trabalho no Brasil contemporâneo. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 22, n.1, p. 15-35, jan/abr. 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/rk/v22n1/pt\\_1982-0259-rk-22-01-15.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rk/v22n1/pt_1982-0259-rk-22-01-15.pdf)> Acesso em 21 mai. 2019

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Expectativa de vida do brasileiro sobe para 75,8 anos. Dez. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18469-expectativa-de-vida-do-brasileiro-sobe-para-75-8-anos.html>> Acesso em 24 fev. 2019

CFESS. Transfobia – Caderno 4. Série: Assistente Social no Combate ao Preconceito. Brasília (DF), 2016.

CISNE, Mirla. Gênero, Divisão sexual do trabalho e Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

\_\_\_\_\_, Mirla & SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo, (Biblioteca Básica do Serviço Social, v.8). Cortez Ed, 2018.

GRUPO GAY DA BAHIA. Mortes Violentas de LGBT+ No Brasil Relatório 2018. 2018. Disponível em:

<<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>>  
Acesso em: 16 mar. 2019

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos. Publicação online, sem tiragem impressa. Brasília: 2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-Genero-Conceitos-e-Termos>> Acesso em 12 abr. 2018

MONTEIRO, Frida Pascio. Desvelando a transexualidade: Suicídio e uma vida que não pertence às/aos transexuais. PSTU, 2017. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/desvelando-a-transexualidade-suicidio-e-uma-vida-que-nao-pertence-asaos-transexuais/>> Acesso em 14 mar. 2019

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. Temporalis revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ANO II, Nº 3 - 2001.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

QUINALHA, Renan. Os direitos LGBT sob o Governo Bolsonaro. Revista Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo: ano 12, nº 143, 2019, pág.4-5.

SOUZA, Heloisa Aparecida de. Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais. 2012. Tese (Mestrado em Psicologia) - PUC Campinas, Campinas, 2012.